

O SERTÃO COLONIAL SERGIPANO COMO ESPAÇO DE CONVERSÃO PELO PADRE CAPUCHINHO BERNARDO DE NANTES

Sergipano's colonial hinterland as a place of conversion for capuchin priest
Bernardo de Nantes

Luana Beatriz de Assis Ferreira³⁵

RESUMO

Publicado no início do século XVIII, o documento “Katecismo Indico das Linguas Kariri” escrito pelo padre capuchinho Bernardo de Nantes vai ser útil para vários mecanismos de pesquisa acerca das relações entre os missionários e os indígenas no período colonial da América portuguesa. Diante disso, o seguinte trabalho irá analisar essa obra a fim de compreender como o processo de conversão foi construído sob o povo kiriri dzubukuá no interior da capitania de Sergipe, entendendo a espacialidade sertaneja como uma importante característica a ser considerada.

Palavras-chave: Bernardo de Nantes. Catecismo. Conversão. Kiriri dzubukuá. Sertão.

ABSTRACT

Published at the beginning of the 18th century, the document “Katecismo Indico das Linguas Kariri” written by the Capuchin priest Bernardo de Nantes will be useful for various research mechanisms on the relations between missionaries and indigenous people in the colonial period of Portuguese America. In view of this, the following paper will analyze this work in order to understand how the conversion process was built under the kiriri dzubukuá people in the interior of the captaincy of Sergipe, understanding the backlands spatiality as an important characteristic to be considered.

Keywords: Bernardo de Nantes. Catechism. Conversion. Hinterland. Kiriri dzubukuá.

³⁵ Discente de História - UFRN. Membro do grupo de pesquisa Escritas Atlânticas (UFRN). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4137594997440433>. PIBIC CNPq (IC). E-mail: beatrizluana308@gmail.com.

A realização de missões de conversão dos povos indígenas locais foi uma ferramenta importante para o processo colonizador realizado nas Américas. Para a consagração dessa política, a Igreja Católica se aproveitou do movimento de Contra Reforma³⁶ em ascensão na Europa para o envio de missionários católicos para a colônia portuguesa e, dessa forma, estabelecer um mecanismo de catequização e adesão de novos devotos convertidos a partir das populações originárias.

No Brasil, mais especificamente no território dominado pela coroa portuguesa, houve a presença de missionários jesuítas e capuchinhos (Raminelli, 2007, p. 193) entre o litoral até as regiões mais interioranas, nos sertões às margens do rio São Francisco. Como é trabalhado por Magalhães (2011, p. 369) “Os missionários jesuítas foram reconhecidos, então, como os mais capazes mediadores culturais entre os interesses ibéricos e povos indígenas [...]”, as relações entre missionários e as comunidades originárias se deram, principalmente, a partir de uma interposição de interesses socioculturais, a fim de proporcionar uma política de expansão portuguesa ao longo do território da colônia. Além disso, é bastante comum encontrar a descrição da presença de agentes coloniais, como missionários, indígenas e até militares (Pompa, 2003, p. 10), em diversos territórios, principalmente naqueles chamados de “caminhos de dentro” ou “sertões de dentro”.

De acordo com o historiador João Capistrano de Abreu (1998), é possível diferenciar a região Nordeste no período colonial em duas localidades: os sertões de fora e os sertões de dentro. Os “sertões de dentro” (que serão utilizados como recorte espacial nesta pesquisa) são denominados como “baianos”, passeando ao longo do rio São Francisco até o Maranhão (Abreu, 1998, p. 205). A trajetória

³⁶ Ao observar uma latente ascensão da Reforma Protestante cunhada por Martinho Lutero, a Igreja Católica vinha perdendo fiéis e temia as consequências que seriam implantadas. E, então, passou a financiar várias políticas de atração para conquistar mais adeptos e acabou encontrando nas colônias americanas um espaço ideal para esses movimentos, o que a fez patrocinar a vinda e a estadia de grupos missionários que iriam trabalhar nas atividades de conversão das populações indígenas.

histórica do território nordestino se marcou pelas atividades agropecuárias, tendo as regiões mais sertanejas atreladas principalmente pela prática pecuária, o que gerou um aumento da povoação dessas localidades.

No início da segunda metade do século XVII, as terras ao sul do Rio São Francisco se encontravam destruídas devido à longa guerra e para que o projeto de colonização rumo aos "caminhos de dentro" fosse bem sucedido tornou-se fundamental encontrar formas para melhor conhecer a região e, assim, efetivar a ocupação.

Neste período, o vale do Rio São Francisco teve seu povoamento intensificado, quer através dos pontos de parada para o descanso das boladas que rumavam da Bahia para o Piauí, quer através da instalação de fazendas, de aldeamentos indígenas sob a tutela de religiosos e, ainda, pela formação de quilombos. Essa dinâmica de povoamento contribui para intensificação das relações entre esses, diferentes grupos sociais e para a alteração do cotidiano dos sertões. (Mecenas-Santos, 2017, p. 10)

A partir do trecho destacado acima, observa-se que a espacialidade do sertão ao longo do rio São Francisco foi palco de relações diversas, tanto entre agentes de grupos sociais (como os missionários e as próprias comunidades originárias) quanto na configuração do espaço sertanejo.

Ao se entender esse aspecto, é possível observar como esses locais podem influenciar na compreensão sobre os trabalhos executados neles. Segundo Pompa (2003, p. 10), a presença indígena nos sertões coloniais é uma importante ferramenta para a construção desse lugar como um espaço móvel, além também da existência de outros grupos sociais já citados anteriormente. Além disso, a antropóloga Maria Cristina Pompa (2003) aborda o sertão enquanto conceito como um lugar diluído e móvel, que consegue se adaptar através das relações sociais construídas sob ele, mostrando uma capacidade de mobilidade e mudança presente na configuração deste local.

Para complementar a idealização desse sertão enquanto espaço, a historiadora Ane Luíse Mecenas (2020) entende o sertão como um espaço de conversão, em que as missões jesuíticas vão se concretizar. Vinculado com o

entendimento de que ele é um lugar que participa das relações e das movimentações entre os agentes coloniais, o caráter dele servir de palco para os processos de conversão vai se consolidar a partir da fixação de religiosos missionários nos sertões para catequizar os indígenas locais³⁷.

Portanto, devido às complexas atividades e relações construídas ao longo dessas regiões, mostrava-se necessário haver um trabalho bem articulado por parte dos missionários católicos que atuavam nos sertões da América portuguesa. Pode-se observar, através da literatura disponível sobre a temática, que era de comum trato que os jesuítas e capuchinhos ficassem encarregados de trabalhar com as populações indígenas e, a partir disso, conhecer seus hábitos, costumes e práticas culturais. Diante disso, seria possível agir em cima com o que foi aprendido e, fundamentado nisso, construir mecanismos de conversão e encaixar esses indivíduos dentro das realidades cristãs através dessa política convertória, fatigar os seus costumes tradicionais e impor uma política colonizadora a partir da catequese católica.

Vários foram os missionários que produziram documentos que registraram os seus trabalhos na colônia portuguesa. Um deles foi o frei capuchinho Bernardo de Nantes, padre francês, que esteve presente no Nordeste brasileiro atuando em missões no interior da capitania de Sergipe, às margens do rio São Francisco, ao longo da década de 1680 (Pompa, 2001, p. 360). Ele compilou os registros da sua atuação missionário em um documento intitulado “Katecismo Indico da lingua Kariris, acrecentando de varias praticas doutrinaes, [e] moraes, adaptadas ao genio, [e] capacidade dos Indios do Brasil” publicado em 1709 que será utilizado como a principal fonte de análise para esta pesquisa e, nesta obra, o padre irá

³⁷ A antropóloga Maria Cristina Pompa vai trabalhar também, no seu artigo “Cartas do Sertão: a catequese entre os Kariri no século XVII”, com a importância dos estudos dos documentos missionários e linguísticos produzidos ao longo dos séculos XVI a XVIII. Para ela, essas documentações são essenciais por descrever as relações complexas entre os indígenas e os religiosos, principalmente, e até para entender as atividades construídas e simbolizadas a partir dessas experiências, ampliando mais ainda o conhecimento acerca das práticas coloniais durante a existência da América portuguesa.

relatar como ocorreu as práticas doutrinárias que realizou nos sertões sergipanos³⁸ com o povo kiriri.

Pode-se perceber diversos aspectos interessantes ao longo da leitura do catecismo, o principal é o fato dele ser escrito tanto em português como é kariri (língua tradicional dos kiriri dzubukuá). No início da obra, o padre francês divide as páginas dela em duas partes: uma à esquerda em português e outra à direita em kariri. Posteriormente, Bernardo de Nantes irá realizar a distribuição do conteúdo por página, seguindo a sequência de uma página em português e, em seguida, uma em kariri com a tradução do que foi escrita em português na anterior.

Para a consolidação desse método de escrita em ambas as línguas, o padre Bernardo de Nantes aprendeu o kariri a partir das suas atividades desenvolvidas juntamente com a aldeia kiriri. Essa prática de aprendizagem de línguas originárias era bastante comum nesse contexto histórico, é possível encontrar registros de outros missionários alegando a necessidade deles em aprender essas línguas para poderem catequizar os indígenas. Como é transscrito por Ane Luíse Mecenas (2020, p. 222), o capuchinho Bernardo afirma que os “índios” são uma “nação inteira de gente grosseira e ignorante” (grifo nosso) e isso impossibilita que eles aprendam a língua portuguesa ou qualquer outra língua europeia.

A partir disso, entende-se uma colocação de superioridade em relação às línguas trabalhadas ao longo do catecismo. Por se tratar de um documento linguístico, assim como as gramáticas e os dicionários produzidos por outros missionários, entender a utilização das línguas nesta obra se mostra importante para compreender o papel implícito do pensamento colonizador presente nela.

A prática de converter os indígenas a partir das suas línguas originárias acaba dialogando com o que Guilherme Burjack (2013) trabalha como

³⁸ É importante destacar que o termo “sergipano” aqui empregado se diz respeito à região compreendida pela Capitania de Sergipe del Rey no período colonial que, atualmente, refere-se a territórios abrangidos pelo estado da Bahia. Por apresentar um recorte temporal dentro do Brasil Colônia, os termos utilizados se aludem a essa temporalidade.

“desconstrução”. Segundo o autor, essa é uma política de colonização em que, com a catequização dos indígenas, eles se tornavam “cópias fiéis do modelo estabelecido em terras europeias” (Burjack, 2013, p. 120).³⁹

Ao longo desse processo de integração da cultura euro cristã, nota-se como as práticas de conversão atuam como uma ferramenta das políticas colonizadoras. Enquanto que os colonos, fazendeiros e donos de terras das capitâncias se utilizavam da força bruta e física para avançarem as conquistas pelo território americano, os missionários religiosos trabalhavam a partir da catequese e de uma civilização simbólica.

A partir da conversão católica, esses religiosos acabavam impondo o novo costume de vida às populações indígenas baseado na cultura cristã, além de mostrarem como as ferramentas culturais originárias não eram consideradas “corretas” pela perspectiva missionária. De acordo com Mariani (2003, p. 75) “Os habitantes da terra brasílica e suas línguas, portanto, não são civilizados porque a eles se atribui a falta do que os portugueses possuem e vêm como essencial à civilização.” e, diante disso, é possível entender que os métodos de atuação que os missionários se utilizaram foram motivados, principalmente, de acordo com uma crença preconceituosa e dominante. Ao definir que os indivíduos originários não eram civilizados por causa das suas línguas, comprehende-se que o imaginário europeu sob os indígenas americanos se baseava a partir de uma construção de poder hierárquica, em que o colonizador estaria acima e que apenas os seus hábitos e costumes culturais devem ser levados em consideração.

³⁹ Para além da utilização de uma imposição entre línguas, o processo de desconstrução pode ser observado também nas práticas de depreciação das práticas do sagrado tradicional pelos missionários. Encontra-se, atualmente, registros dos religiosos desse período em que eles se referem aos elementos sagrados originários com termos depreciativos, chamando-os de “deusinhos” ou vinculados à imagens negativas da cultura cristã. A antropóloga Maria Cristina Pompa transcreve alguns desses registros, um relato do padre Jacob Roland acaba chamando a atenção por ele caracterizar as crenças e os cultos tradicionais de uma população de “tapuias” próximos ao rio São Francisco de “superstições” e até induz a entender que sejam comportamentos de “idolatria” (POMPA, M. C. **Religião como Tradução:** missionários, tupi e “tapuia” no Brasil Colonial. Bauru: EDUSC, 2003, p. 361-379.)

Assim como é abordado por Queiroz (2012, p. 25), o kariri dzubukuá – objeto de estudo desta pesquisa – se apresenta como uma língua extinta, vítima do extenso processo de dizimação étnica cultural e da colonização portuguesa. Nota-se um comportamento de sobrevivência e domínio do português nos territórios indígenas, presente a partir das políticas colonizadoras. Apesar disso, as documentações linguísticas produzidas nesse período temporal se mostram importantes uma vez que elas registram a prática das línguas originárias e, assim, há um comprovante de que esse elemento existiu e como ele existiu.

O processo de conversão e colonização não ficou existente apenas ao tempo-espacó do período colonial, ele é presente ainda nos registros em que documentam esse método. Portanto, entende-se que o fato do Katecismo Indico das Linguas Kariri existir é, em prática, a evidência da eficácia dessas políticas de civilização.

O apagamento étnicocultural das populações originárias é estudado de diversas formas e, uma delas, dá-se através do mapeamento e de análises de registros das línguas indígenas. A produção de documentos linguísticos pelos missionários na América portuguesa, como o catecismo utilizado como fonte para a pesquisa, torna-se relevante nesse estudo, pois é uma maneira de observar a presença dessas línguas para o cotidiano das comunidades. Como é trabalhado por Rodrigues (2005), o processo colonizador no Brasil agiu diretamente no minguamento linguístico originário, com uma estimativa de redução de 1200 para 180 línguas.

Além disso, pode-se compreender o quão importante foi a escrita desse documento, principalmente em uma perspectiva de entendimento como a dominação e a hegemonia cristã funcionam sob uma simbologia de poder. Para isso, é possível encaixar o viés desta pesquisa dentro da História Cultural estudada pelo historiador Roger Chartier.

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projecto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas (Chartier, 1990, p. 17).

De acordo com o trecho exposto acima, entende-se que o autor trabalha a História Cultural a partir de um sistema de hierarquizado e de imposições, sobretudo de poder. Portanto, essa cultura é construída a partir dessa hierarquia de poder é moldada a partir dos interesses ideológicos e representativos, podendo ser percorrida também por motivações políticas. Diante disso, observa-se que o registro documental da conversão cristã, estabelecido pelo frei Bernardo de Nantes, demonstra como foi trabalhada a reestruturação dos povos kiriri dzubukuá a partir da catequese, inserindo-os em uma nova realidade religiosa e sociocultural em que o cristianismo possui um aspecto de poder superior à prática do sagrado originário, de acordo com as crenças ideológicas europeias da época.

Dessa forma, é possível relacionar a importância do estudo desses documentos linguísticos, sobretudo o catecismo de Bernardo de Nantes. Essa obra possibilita diversos debates, em diferentes áreas do conhecimento e, assim, amplia os objetivos e as metodologias de trabalho com ela.

Em uma seção chamada “Ao leitor”, no início da obra, o frei Bernardo vai afirmar que existem “nações” diferentes de kiriris entre a capitania de Sergipe e da Bahia. Elas estão localizadas em regiões diferentes, com hábitos e costumes específicos e, por isso, existem catecismos diferentes (Nantes, 1709, p. 11) para essas populações. Diante disso, o padre irá relatar que há diferenças entre os costumes tradicionais dessas populações que, provavelmente, irá influenciar na forma em que essas populações constroem os seus idiomas e os seus modos de falar e, assim, observa-se que os hábitos de fala e comunicação de um povo indígena podem até se assimilar entre outros povos, mas as diferenciações locais

e culturais atreladas ao trabalho missionário nas aldeias irão ser importantes para a singularidade desses elementos socioculturais.

Além disso, é possível interpretar que o embasamento dessas diferenciações podem ter duas raízes: social e espacial. O fundamental social se guia a partir do contato da “nação” do litoral mais direto com os colonos europeus, influenciando nas relações construídas com esses indivíduos, logo, moldando seus hábitos socioculturais também. Já no caráter espacial, pode se encaixar uma busca por entender como a conceituação e construção dos sertões podem se encaixar nesse cenário, uma vez que os kiriri dzubukuá – comunidade indígena que o catecismo irá se guiar para catequizar – estão localizados no sertão às margens do rio São Francisco.

Para além desse entendimento, torna-se imprescindível compreender como os sertões são entendidos e como eles podem ser inseridos no estudo do catecismo, uma vez que o frei Bernardo de Nantes não especificou como o espaço atuou no processo de conversão. Portanto, analisar os conceitos sobre sertões é essencial, como é defendido por Evandro Santos (2023, p. 52), quem nomeia algo tem poder, logo, quem nomeou e nomeia os sertões exerce uma posição de poder.

O sertão se configura como um lugar marcado por diversas transformações, com diversas experiências históricas construídas ao longo do tempo (Santos; Macedo; Andrade, 2023, p. 140) e, diante disso, ele carrega vestígios de vidas, culturas, experiências e acontecimentos nas suas terras. Dito isto, é extremamente importante entender como esse local se mostra essencial para a formação dos vários aspectos das sociedades contemporâneas, analisar como ele foi um dos elementos que impulsionaram o processo de conquista colonial, com a instalação dos diversos agentes coloniais, como colonos, missionários e indígenas (Pompa, 2003, p. 10).

Segundo o geógrafo Antonio Carlos Robert Moraes (2003, p. 2) “o sertão não é uma materialidade da superfície terrestre, mas uma realidade simbólica”, o que implica entender que para conceituar os sertões é necessário vagar nas simbologias e ideologias que interessam. Portanto, para os interesses que cabem a esse estudo, é necessário compreender como os sertões podem ser vinculados dentro das políticas de colonização e conversão dos povos indígenas.

Não poucas vezes, o sertão foi estabelecido como o ‘habitat dos selvagens’, a ‘terra de tapuias’, ou ainda ‘terrenos ocupados pelos indígenas ferozes’ como mencionado no Atlas do Império do Brasil de Cândido Mendes de Almeida, editado em 1868. Vale mencionar que a associação do termo com as áreas de habitação dos índios remonta já aos primórdios da colonização, quando as “jornadas do sertão” objetivavam o apressamento indígena e sua escravização (Monteiro, 1995) (Moraes, 2003, p. 4-5).

Sob uma perspectiva colonial, o trecho destacado acima pode explicar como os processos históricos do Brasil induziram um distanciamento socio-espacial para os indígenas e os centros de colonização. Nota-se que há uma tendência em destinar os sertões para aquelas comunidades socialmente marginalizadas, relacionando esses dois fatores a partir do preconceito e de um poder simbólico hierarquizado. Dessa forma, vê-se uma construção de sentido nesta pesquisa ao ponto que há uma vinculação entre a marginalização das populações originárias com o estigma preconceituoso instalado no sertão construído nas bibliografias ao longo dos anos.

Segundo Moraes (2003, p. 3) “[...] construção de uma identidade espacial por contraposição a uma situação díspare que, pela ausência, lhe qualifica [...]”, ou seja, a definição de sertão irá depender do que está em falta. No caso do Brasil colonial, essa falta se resume à falta de civilidade e almas católicas presentes nas comunidades indígenas dos interiores, então, cabe à elas as regiões sertanejas.

O entendimento dessa ausência de civilidade é bastante pertinente no discurso construído por Bernardo de Nantes ao longo do catecismo, quando ele formula o seu texto com algumas narrativas sugestivas, dando a entender que o trabalho que ele está executando com aquelas pessoas é uma caridade e, assim, gerando a salvação das suas almas após a conversão. Há o emprego de termos como “bárbaros” para se referir aos indígenas, separando-os do restante da sociedade colonial que, por ser cristã, era civilizada. Entende-se, então, esse sertão como um espaço de conversão (Mecenas, 2020, p. 33), como já havia sido mencionado anteriormente, em que os missionários chegavam em locais que os colonos geralmente não alcançavam e, assim, eram responsáveis por ligar esses indígenas à nova realidade que a colonização trouxe.

Diante do que foi exposto, nota-se uma grande relevância na produção, apresentação e difusão deste trabalho. Por ser realizado a partir de uma fonte histórica ainda do período colonial, essa pesquisa se mostra como um dos vários mecanismos de entendimento sobre como a colonização portuguesa interferiu na formação da sociedade brasileira, auxiliando na construção de uma população bastante familiarizada com os costumes cristãos e fadada à ignorar a existência das comunidades não brancas no país.

Como é bem debatido por Schmidt e Malerba (2021, p. 10), há uma tendência entre os historiadores de levar os debates que acontecem dentro das academias para a população externa e, tendo isso em vista, torna-se essencial transmitir as discussões acerca de tópicos sobre a História Indígena no Brasil. Compreender como os elementos culturais das populações originárias foram subtraídos e substituídos por elementos estrangeiros – no caso, a língua kariri sendo dizimada a favor da predominância da língua portuguesa – é entender como o preconceito agiu nos processos de colonização. Além disso, observa-se a capacidade de dialogar como a construção dos sertões se vinculam com as marginalizações sociais e raciais, possibilitando um debate sobre como um

aspecto presente nas discussões atuais também é um projeto implantado desde o período colonial.

Dessa forma, a análise do catecismo do frei Bernardo de Nantes se mostrou bastante proveitosa para a construção de debates acerca das políticas de colonização e das práticas de conversão. Além disso, foi possível estabelecer como as narrativas hegemônicas dos cristãos europeus prevaleceram dentro dessa documentação, confirmando que o uso da língua e dos discursos podem persuadir a compreensão sobre uma realidade. Entender o passado ajuda a decifrar o presente, portanto, ao analisar o que foi documentado sobre o passado no Brasil Colônia é possível assimilar sobre os processos atuantes na sociedade contemporânea e, assim, perceber as nuances das relações socioculturais existentes na atualidade.

FONTE

NANTES, B. *Catecismo da Lingua Kariris, acrescentado de várias práticas doutrinaes e Moraes, adaptadas ao gentio e capacidade dos Indios do Brasil*. Edicção fac-similar. Leipzig, [1709] 1896.

REFERÊNCIAS

ABREU, J. C. Capítulos de história colonial. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998.

BURJACK, G. Conversão e colonização na América Latina e Brasil: desconstruir e destruir para salvar. **Revista Caminhando**. São Paulo: Universidade Metodista de São Paulo, v. 18, n. 2, p. 115-121, jul./dez. 2013.

CHARTIER, R. **A História Cultural**: entre práticas e representações, Lisboa: DIFEL, 1990.

MAGALHÃES, P. A. I. A palavra e o império: a arte da língua brasileira e a conquista do Maranhão. **Revista de História**, São Paulo, n. 165, p. 367-401, 2011. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.v0i165p367-401. Disponível em:

Revista Espacialidades [online]. 2025, v. 1, n. 1, ISSN 1984-817X

<https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/19218>. Acesso em: 4 nov. 2024.

MARIANI, B. POLÍTICAS DE COLONIZAÇÃO LINGÜÍSTICA. **Letras**, [S. l.], n. 27, p. 73–82, 2003. DOI: 10.5902/2176148511900. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11900>. Acesso em: 1 nov. 2024.

MECENAS, A. L. S. O trato da perpétua tormenta. Aracaju: Editora Diário Oficial do Estado de Sergipe - Edise, 2020.

MECENAS-SANTOS, A. L. S. M. “*Trato da perpétua tormenta*”: A conversão nos sertões de dentro e os escritos de Luigi Vincenzo Mamiani della Rovere sobre os Kiriri (1666-1699). 2017. 257 p. Tese (Doutorado em Estudos Históricos Latino-Americanos) - Faculdade em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, 2017. Disponível em: https://repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/6255/Ane%20Lu%20c3%adse%20Silva%20Mecenas%20Santos_.pdf?sequence=1&isAllowed=y.

Acesso em: 29 out. 2024.

MORAES, A. C. R. O sertão: um "outro" geográfico. **Terra Brasilis**, [S. l.], v. 5, n. 4, p. 1-9, 01 jan. 2003. Disponível em: Terra Brasilis - Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica (openedition.org). Acesso em: 6 nov. 2024.

NANTES, B. *Catecismo da Lingua Kariris, acrescentado de várias práticas doutrinaes e Moraes, adaptadas ao gentio e capacidade dos Indios do Brasil*. Edicção fac-similar. Leipzig, [1709] 1896.

POMPA, M. C. Cartas do Sertão: a catequese entre os Kariri no século XVII. **ANTHROPOLOGÍCAS**. Recife, v. 14, n. 1, p. 07-33, 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaanthropologicas/article/view/23596>. Acesso em: 6 set. 2024.

POMPA, M. C. **Religião Como Tradução**: Missionários, Tupi e “Tapuia” no Brasil Colonial. 2001. 453 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

QUEIROZ, J. M. C. **Um estudo gramatical da língua Dzubukuá, família Kariri**. 2012. 428 p. Tese (Doutorado em Linguística e ensino) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012. Disponível em:

<https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/6358/1/arquivototal.pdf>. Acesso em 1 nov. 2024.

SANTOS, E. Por novos e múltiplos sertões. In: MACEDO, H. A. M **FAZENDO CIÊNCIA NOS SERTÕES: Experiências e idealizações no Seridó**. 1. ed. Sobral: Sertão Cult, 2023. p. 51-60.

SANTOS, E. MACEDO, H. A. M., ANDRADE, J. A história dos sertões em novas perspectivas: Contribuições para construção de um campo de pesquisas. In: MACEDO, H. A. M **FAZENDO CIÊNCIA NOS SERTÕES: Experiências e idealizações no Seridó**. 1. ed. Sobral: Sertão Cult, 2023. p. 137-162.

SCHMIDT, B. B., MALERBA, J. **FAZENDO HISTÓRIA PÚBLICA**. 1. ed. Vitória: Editora Milfontes, 2021.

RAMINELLI, R. 2007. Resenha “O dilema do tempo na etno-história”. *Tempo*, Niterói, 12(23): p. 191-195.

RODRIGUES, A. D. Sobre as línguas indígenas e sua pesquisa no Brasil. *Cienc. Cult.*, São Paulo, v. 57, n. 2, p. 35 - 38, 2005. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252005000200018&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 08 dez. 2023.